



VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Aprovado em sessão
ordinária de

29 Fev. 16



ATA N.º 04/2015

Ao décimo primeiro dia do mês de Agosto do ano de dois mil e quinze, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, na Biblioteca Municipal de Vila Real de Santo António, encontrando-se presente **José Carlos Costa Barros, Presidente da Assembleia Municipal, Maria do Rosário Papafina Proença, Primeira Secretária, Miguel Moreira da Costa, Segundo Secretário**, e os membros eleitos das bancadas, nomeadamente **Alexandre Hermínio Drago Madeira, António Manuel Cipriano Cabrita, Maria Alexandra Martins do Livramento, Carlos Manuel Fernandes de Almeida Lança, David Miguel Vasques da Silva, Lara Sofia Vairinhos Rosa, Armando José Parra da Silva, Jorge Manuel dos Santos Pinto, Maria da Conceição Freitas Granado, João Carlos Guerreiro Miguel Pereira, José Roberto Leitão Guerreiro, Manuel da Conceição António, Ricardo José Madeira Cipriano, Maria Luisa S. Currito de Oliveira e Castro, Rui João Gutierrez Setúbal, Luís Manuel da Rosa Fernandes, Albertina da Piedade Fernandes Madeira, António Filipe Parra Martins, Vanda da Encarnação Matias Fernandes, Luís Manuel Negrão Vargas e José Manuel Modesto Dourado** e conforme Edital de 05 de Agosto de 2015, reuniu em sessão EXTRAORDINÁRIA, a Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António.-----

A 1ª Secretária procedeu à chamada. No PSD registou-se a ausência de **Luis Miguel Guerreiro Romão** que foi substituído por **João Miguel Pereira**. Verificando-se a presença de todos os membros da Assembleia Municipal, foi declarada aberta a sessão.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** deu início ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**, começando o mesmo com o ponto:-----

1. EXPEDIENTE E INFORMAÇÕES; - O **Presidente da Assembleia Municipal** deu conhecimento da correspondência recebida, nomeadamente da Moção “Pela Restituição das Valências ao CODU do Algarve, da Reativação do CAPIC e do Centro de Formação na Região, bem como da contratação dos profissionais necessários à assistência médica”, aprovada pela

Assembleia Municipal de Lagos; da deliberação da Assembleia de Freguesia de Montenegro sobre a aprovação da moção “ ANA – Aeroportos de Portugal impõe no Aeroporto de Faro novas regras que representam uma verdadeira extorsão às propostas e médias empresas de transfers” e do mail do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português questionando o Governo sobre a situação dos serviços públicos na área da toxicodependência e do alcoolismo na região do Algarve.-----

Foram distribuídas pelas bancadas cópias de todos os documentos atrás descritos.-----

Interveio **António Filipe Parra Martins**. Disse que a CDU estaria em condições de viabilizar o Regulamento de Trânsito se este não contemplasse as cláusulas relativas ao estacionamento pago e propôs que o ponto 6 fosse retirado da Ordem de Trabalhos e reformulado de forma a que, aquando da sua votação, não referisse as cláusulas anteriormente referenciadas. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a proposta da CDU a votação tendo a mesma sido rejeitada com 15 votos contra da bancada do PSD.-----

A bancada da CDU propôs também que o período de intervenção do público passasse para o início da sessão, justificando que a experiência de outras Assembleias mostrava que essa seria a situação ideal para os munícipes. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** disse não aprovar a sugestão por considerar que a participação do público não está minimamente comprometida visto no final o público poder intervir sobre todas as propostas votadas na sessão. Frisou que a participação do público está sempre garantida.-----

Luis Manuel da Rosa Fernandes pediu a palavra para referir o artigo 29 do Dec. Lei 150/2013 e um requerimento entregue em 6 de julho, sobre o qual não obteve resposta. Afirmou que sempre que a Assembleia não der resposta aos requerimentos dentro do prazo legal, enviará uma queixa para a CADA. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** informou que a CADA arquivou a última queixa do deputado por a mesma não fazer sentido. -----

Luis Manuel da Rosa Fernandes referiu que noutras situações deixou passar os prazos de reclamação à CADA mas que a situação não vai continuar a repetir-se. Disse ainda que, quando a Assembleia não recebe resposta da Câmara Municipal, no prazo de dez dias úteis, deve, no período do Expediente e Informações, dar conhecimento da situação. -----

José Manuel Modesto Dourado disse subscrever as propostas da CDU por considerar que o público se deve pronunciar no início da sessão. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** deu conhecimento de um mail que circulou no dia de hoje na internet a convidar a população a participar na Assembleia e onde foram anexados documentos internos deste órgão. Informou que esses documentos foram enviados exclusivamente aos membros da Assembleia e que lhe parece “uma brincadeira de mau gosto” os mesmos andarem a circular na internet. -----

António Manuel Cipriano Cabrita propôs que se passe ao ponto seguinte e disse ser fundamental respeitar a democracia respeitando o Regimento da Assembleia. -----

Rui João Gutierrez Setúbal disse ter estado a ler o Regimento da Assembleia e que o mesmo não refere que o período de intervenção do público é na parte final da sessão. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** informou que a Convocatória refere o período de intervenção do público na parte final da sessão e propôs que, dado as situações que têm ocorrido, seja apresentada uma proposta concreta de alteração ao Regimento em que o período referido passe para o início. Dirigindo-se aos membros das bancadas, acrescentou; *“Se vocês entendem que é melhor o público intervir no início e depois sair sem ouvir o resto da Assembleia, se entendem que isso respeita mais os princípios de democracia de participação do que participar em toda a Assembleia e depois intervir e poder ter conhecimento de tudo o que se passa na mesma estarei disponível para votarmos essa proposta de alteração. Nesta Convocatória temos o período de intervenção do público no final.”* -----

Ricardo José Madeira Cipriano disse: *“Existe uma comissão do Regimento definida pela Assembleia Municipal, existem alterações à lei que desconformam várias questões do Regimento em vigor. É urgente fazer uma revisão desta comissão para fazer a alteração.”* ----

Maria Luisa S. Currito de Oliveira e Castro referiu ter votado favoravelmente a alteração do período de intervenção do público para o início porque não existem condições para o público presente na sala permanecer até ao final por, na sua maioria, se encontrarem de pé. -----

José Manuel Modesto Dourado afirmou querer lembrar que, após as últimas eleições, houve duas reuniões com um representante de cada bancada onde o Bloco de Esquerda propôs que o público interviesse no início da sessão e acrescentou: *“O tema do estacionamento está na ordem do dia e dado a presença de um grande número de pessoas que estão de pé, justificar-se-ia esta alteração.”*-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou esta proposta da CDU a votação tendo a mesma sido rejeitada com 15 votos contra da bancada do PSD.-----

2. DESIGNAÇÃO DE CINCO MEMBROS PARA A ASSEMBLEIA DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE FINS ESPECÍFICOS; -----

Luis Manuel da Rosa Fernandes solicitou que esta proposta seja alterada para que na Ata final apareça uma proposta concreta sobre esta designação tendo em conta que nenhuma das alíneas da proposta refere esta situação. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** explicou que a documentação que está anexada à Convocatória é a proposta que foi aprovada em reunião de câmara e que, tendo em conta este pedido de designação de membros se juntou à convocatória, para que os membros da Assembleia tivessem um conhecimento mais aprofundado dos estatutos da Associação. Disse ainda lamentar que **Luis Fernandes** não tenha percebido isso porque a proposta está clara. -----

José Manuel Modesto Dourado referiu que o BE não tem interesse em designar membros para a Associação em causa, por ser contra a mesma pelas razões já apresentadas na última Assembleia e acrescentou: *“Este é mais um passo muito perigoso no sentido de retirar competências à autarquia e transferi-las para entidades supramunicipais. Ao contrário do que o Governo diz, isto não é um processo de descentralização e visa uma progressiva privatização de vários serviços públicos.”*-----

Vanda da Encarnação Matias Fernandes sublinhou que a CDU não apresentou uma proposta na medida em que não concorda com a criação desta Associação e afirmou que nesta questão existe falta de democracia porque cada partido apresenta uma proposta com os seus membros. Acrescentou ainda pensar que a Mesa da Assembleia apresentaria uma proposta de membros para esta Associação em que se incluiria um membro de cada partido.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** afirmou ter ponderado essa questão mas que, em face das votações que os membros da Assembleia fizeram em relação à criação da Associação, deixou de fazer sentido. Salientou que a democraticidade desta proposta é ser votada em Assembleia Municipal e acrescentou: *“Se a democracia é respeitar o que o povo escolhe em cada momento, esta proposta será votada na Assembleia em democracia. Se consideram que quando não estamos mais representados do que os outros não é democracia, então não faz sentido”*. -----

Ricardo José Madeira Cipriano referiu que o Partido Socialista votou contra a constituição desta Associação com os argumentos já discutidos anteriormente e acrescentou: *“O que está aqui em causa é uma questão de representatividade democrática. Pelo facto de não*

concordarmos com a Associação não quer dizer que ponhamos de parte a nossa representatividade democrática na mesma. O facto de não ter havido uma proposta de representatividade democrática é que leva o PS a apresentar uma lista". -----

A bancada do PSD, do PS e da CDU apresentaram propostas. Primeiramente votou-se a proposta nominal da CDU que foi rejeitada com 15 votos contra da bancada do PSD e a abstenção do membro do BE. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou, de seguida, as propostas A (PSD) e B (PS) a votação. Foi aprovada a proposta A do PSD com 14 votos favoráveis. Registaram-se ainda 5 votos na proposta B do PS, 4 votos em branco e 1 voto nulo. -----

A bancada do BE leu e entregou uma declaração de voto. -----

Assim, os nomes a indicar para a Assembleia da Associação de Municípios de Fins Específicos são **Luís Filipe Soromenho Gomes, José Carlos Costa Barros, João Manuel Lopes Rodrigues, António Manuel Cipriano Cabrita e David Miguel Vasques da Silva.** -----

3. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO PARA AQUISIÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CIRURGIAS DE OFTALMOLOGIA – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS; - Presente a proposta da Vice-Presidente da Câmara Municipal e aprovada por **MAIORIA** em reunião de câmara de 7 de Julho de 2015 com o voto contra do Vereador José Cruz.-----

Interveio **António Filipe Parra Martins** que informou que a CDU vai votar contra, não por considerar que os municípios não necessitam destes serviços mas porque considera que as questões de saúde devem ser assumidas pelo Estado Central e que se a autarquia está a assumir estas questões, está a desresponsabilizar o Governo. Disse ainda: *"O Serviço Nacional de Saúde deve ser reforçado pelo Governo e não deve ser dividido em pequenas partes porque os municípios só por si não são capazes de assegurar as condições a todo o largo espectro de especialidades de doenças que existem. Consideramos que devemos sim defender o direito institucional a um sistema nacional de saúde pública, universal e gratuito."*

José Manuel Modesto Dourado frisou: *"A minha intervenção não é muito diferente da intervenção anterior do membro da CDU. Qualquer pessoa que defende o bem é favorável a que as pessoas se tratem dos seus problemas de saúde. No entanto, a Constituição da República diz que isso é uma obrigação do Estado e o SNS tem recebido sucessivos cortes dos Governos do PSD e do PS. A alternativa não passa por fazer parcerias público-privadas, como esta autarquia faz como se fossem os salvadores das pessoas porque o executivo camarário de maioria PSD está a comportar-se como um angariador de clientes para um grupo privado.*

A saúde é um bolo muito apetecível dos grupos privados. O BE vota contra esta proposta por causa da solução que é apresentada.” -----

António Manuel Cipriano Cabrita disse: “A bancada do PSD vota favoravelmente esta proposta e manifesta a sua indignação pela forma como o BE e a CDU vêem esta situação. Só assim os cidadãos conseguem obter respostas para a sua saúde que, pela via normal, não conseguiriam tão rapidamente. É importante que a população de Vila Real de Santo António saiba que estas pessoas da CDU e do BE votam contra”. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** declarou: “É absolutamente notável a intervenção proferida pelo BE e pela CDU porque cai assim a máscara da suposta esquerda”. Perante as manifestações do público, o Presidente frisou que as pessoas devem ter decência e educação e respeitar quem está a falar. Prosseguiu dizendo: “Duas mil pessoas do Município de VRSA já foram consultadas na área da oftalmologia. A Câmara Municipal concorda com o princípio de que a saúde é um bem universal. Pelo Estado falhar na saúde, nós não vamos deixar as pessoas cegarem. Existem 500 pessoas que foram operadas às cataratas. Em VRSA ninguém se deixa de tratar, seja em que especialidade for, só porque não tem dinheiro. Aquilo que estamos a votar não é pôr a saúde nas mãos de privados, é fazermos um concurso público para apreciar as melhores propostas das entidades concorrentes que podem ser privadas ou públicas. Não venho para esta Assembleia defender ideias de esquerda ou de direita. Defendo aquilo que no nosso entender são as melhores ideias para o concelho.” Relativamente ao ponto anterior explicou que aquilo que está a ser feito com a Câmara Municipal de Castro Marim é dar sentido a serviços públicos municipais e que as câmaras por si só não têm capacidade de recursos financeiros e humanos. Acrescentou ainda: “Não se vai privatizar a saúde e também não aceitamos a proposta do Governo de privatizar a educação.” -----

Colocada a votação, a proposta foi aprovada por **MAIORIA** com os votos contra dos membros da **CDU** e **BE**. -----

As bancadas do PSD e do BE leram e entregaram declarações de voto. -----

4. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA APROVAÇÃO DO REGULAMENTO DO CARTÃO DO EUROCIDADÃO; - Presente a proposta do Presidente da Câmara Municipal, aprovada por **MAIORIA** em reunião ordinária de câmara de 7 de Julho., com a abstenção do Vereador José Cruz. -----

Não havendo pedidos de intervenção, o **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por **MAIORIA** com as abstenções dos membros da **CDU** e **BE**. -----

5. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO PROCEDIMENTO DE RECRUTAMENTO DE PROFESSORES PARA OCUPAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO NO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO NA ÁREA DAS ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR PARA O ANO LETIVO DE 2015/2016;

- Presente a proposta da Vice-Presidente da Câmara Municipal aprovada por **UNANIMIDADE** em reunião de câmara de 4 de Câmara de 2015. -----

Não se registaram intervenções. -----

A proposta foi aprovada por **UNANIMIDADE**. -----

6. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO GERAL DE TRÂNSITO NO CONCELHO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;

- Presente a proposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal, aprovada por **MAIORIA** em reunião ordinária de câmara de 4 de Agosto., com os votos contra dos Vereadores Célia Paz, Carina Rosado e José Cruz. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a proposta a discussão.-----

José Manuel Modesto Dourado declarou que o Bloco de Esquerda vai estar contra este regulamento porque inclui a proposta de estacionamento pago no concelho e que a proposta de **António Filipe Parra Martins** da CDU de separar as regras de trânsito e o estacionamento pago faz todo o sentido. Acrescentou: *“Por uma questão de princípio ideológico o BE é contra o facto de se privatizar a via pública que é de todos. O BE regista também com preocupação que a maioria PSD revele uma absoluta falta de sensibilidade democrática perante as massivas manifestações populares que se têm sucedido contra esta medida”*. Recordou a sessão da Assembleia que não se realizou devido às manifestações da população, que a mesma teve de se realizar numa sala muito maior que encheu por completo e referiu ter ficado claro que a maioria dessas pessoas é contra esta medida. Afirmou ainda que o maior exemplo de comportamento antidemocrático é o do executivo de maioria PSD. Perguntou se existiram alterações no contrato de adjudicação e a existirem se não será necessário efetuar novo concurso público. Disse que este processo está parado mas que existem pessoas, principalmente turistas, a pagarem estacionamento e perguntou se a Câmara Municipal tem conhecimento destas situações e se as pessoas são ressarcidas desses valores. Informou ainda que existe um abaixo-assinado contra a implementação dos parquímetros, com um número significativo de subscrições, pronto a ser entregue na Assembleia. A terminar perguntou se o executivo está disposto a insistir nesta medida e a ir contra a população vila-realense. -----

Vanda da Encarnação Matias Fernandes afirmou que o Regulamento Geral de Trânsito apareceu e foi aberto à discussão na reunião de câmara de 7 de Julho último, que apareceu

uma pessoa que apresentou uma proposta de alteração ao regulamento ao abrigo do Código do Direito Administrativo e que achou estranho que o regulamento, cuja última versão era de 2004, tenha aparecido para alteração após as manifestações dos vila-realenses. Disse ter sido anulada uma proposta que havia sido aprovada para ser instituído o estacionamento pago, com a justificação de que a empresa vencedora não tinha apresentado a caução e que de seguida foi aberto novo concurso e acrescentados mais lugares de estacionamento. Acrescentou que a empresa ESSE ganhou nos dois concursos apesar de não ter entregue a caução no primeiro, afirmou que a CDU foi sempre contra o estacionamento pago e que sempre disse que o regulamento deveria ser atualizado mas num processo separado do parqueamento. -----

Rui João Gutierrez Setúbal referiu o artº 28, n.º2 e que lhe parece preocupante para o futuro porque diz que por deliberação camarária poderão ser aprovadas outras zonas de estacionamento de duração limitada, norma que irá possibilitar a qualquer executivo camarário a determinação de novas zonas de estacionamento tarifado. Perguntou se o regulamento anterior fazia referência ao estacionamento de duração limitada e se para haver estacionamento tarifado em Monte Gordo, VRSA e Manta Rota é necessária esta alteração regulamentar e se sim, por que razão se lança um concurso em Maio e só em Julho se altera o regulamento. -----

Carlos Manuel de Almeida Lança dirigiu-se a **José Dourado** para lhe dizer que, quando ele fala em entregar o estacionamento pago a empresas famintas, está a esquecer-se que essa mesma empresa vai dar contrapartidas à Câmara na medida em que a empresa explora os parquímetros mas com contrapartidas. Disse ainda que o parqueamento não pode ser dissociado do regulamento porque o mesmo tem a ver com todo o Regulamento de Trânsito. A terminar opinou que as maiorias formam-se nas eleições quando o povo é chamado a votar livremente a cada quatro anos e que os membros da Assembleia estão neste órgão porque a população do concelho os elegeu. -----

Ricardo José Madeira Cipriano referiu que foi aprovado na Assembleia o Estudo Municipal de Trânsito e acrescentou: *“Não depreendo da proposta que o estudo se tenha concluído nem o PS tem conhecimento desse estudo. O PS manifestou, em reunião de câmara, a sua posição face ao regulamento. Daríamos o voto favorável à questão do trânsito mas não poderemos dar na medida em que o regulamento contempla a questão do estacionamento tarifado à superfície. O PS é, por princípio, contra este modelo de estacionamento tarifado por entender que o município não tem dimensão para a área que vai ser tarifada, ainda que*

se considere a redução agora feita. Se compararmos outros concelhos do Algarve continuamos a ter o maior número de parquímetros per capita.” Deu o exemplo de Portimão e Albufeira e afirmou que em sede de Junta de Freguesia, muito antes de qualquer manifestação popular, o PS apresentou uma proposta de referendo e considerou não poderem ser acusados de populismo. Disse estar na democracia há alguns anos, de não se recordar de alguma vez ter visto uma manifestação popular contra uma medida do executivo camarário e que considera que esta questão reúne as condições para um referendo popular. Disse ainda: *“Voltamos a afirmar que o problema é uma questão de regulamentação de trânsito, havia muito estacionamento abusivo e algumas situações de irregularidades, especialmente um problema de pressão de trânsito em Monte Gordo no mês de Agosto”.* Afirmou que o problema de VRSA é exclusivamente da regulamentação do trânsito e por isso o PS não pode votar favoravelmente a proposta apresentada. -----

Maria Luisa Santos Currito Oliveira e Castro disse que estando no artigo 56º a referência que o município terá a utilização gratuita de 8 dias de estacionamento nos meses de dezembro/janeiro por ocasião do evento passagem de ano perguntou: *“Então e estacionamento não é gratuito para todos no período de inverno, conforme expresso no artigo 51º no seu ponto 3. Quanto à tarifa no anexo III menciona 0,80 e no anexo VII 1,20 para os parques de Monte Gordo”.* -----

António Manuel Cipriano Cabrita salientou que relativamente às empresas municipais que são mal consideradas principalmente pela CDU e BE é importante não esquecer que nos municípios de Almada, Évora e Seixal, entre outros, há estacionamento pago, cobrado pelas empresas municipais. Afirmou que por alguma razão se faz a taxação de trânsito tendo em conta locais onde só através dessa taxação se consegue regular o trânsito, casos de VRSA e Monte Gordo e que a forma como o trânsito funciona prejudica as pessoas com deficiência e com problemas de mobilidade pelo facto de haver muitos carros estacionados em cima do passeio. -----

António Filipe Parra Martins afirmou existir uma opção do executivo contra a vontade dos munícipes e acrescentou: *“Ainda não encontramos um munícipe que esteja favorável e que compreenda estas justificações. VRSA não tem um problema de trânsito como outras cidades, vivemos apenas um pico em Agosto”.* -----

Ricardo José Madeira Cipriano mencionou que a questão de fundo é perceber e que ainda não houve nenhum documento, à exceção de um projeto de regulamento, que indicasse

qual a melhor decisão a tomar. Falou ainda da importância de serem apresentados relatórios que demonstrem a ocupação do estacionamento. -----

Vanda da Encarnação Matias Fernandes perguntou se os parques de estacionamento de VRSA estão a ser geridos pela ESSE ou pela SGU e afirmou que a cidade tem um parque habitacional muito grande, na sua maioria de pessoas que não são residentes mas naturais de Vila Real e que não querem estar sujeitas a essas tarifas. Acrescentou ainda que a CDU estaria a favor do estacionamento pago mas se fosse numa zona restrita, como inicialmente estava previsto, e que nas cidades referidas por **António Cabrita** os parques de estacionamento são geridos pelas empresas municipais e não por privados. -----

José Manuel Modesto Dourado perguntou se está nas conjeturas do executivo camarário e se o mesmo admite a revogação ou não desta medida. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** interveio e disse registar a inflexão da posição do Partido Socialista que disse na Câmara Municipal que até não estava contra os parquímetros mas sim contra a zona tarifada e acrescentou: *“Aquilo que referiu agora foi completamente diferente daquilo que foi lá referido. Pode haver duas visões dentro do Partido Socialista. Quanto ao estudo feito, o objetivo era procurar encontrar soluções que minimizassem algumas das questões aqui referidas como a questão dos proprietários da segunda habitação. Quando o estudo estiver terminado fazemos uma apresentação às forças políticas”*. Salientou que o regulamento tem um objetivo muito concreto e que a adjudicação aprovada nesta Assembleia tinha uma proposta de regulamento de cada um dos concorrentes. A **Vanda Fernandes** disse que houve duas empresas que concorreram repetidamente nos dois concursos – a ESSE e a EMPAC, pelo que aquilo que a deputada diz não corresponde à verdade. Disse ainda: *“Aproveitámos, de cada um dos concorrentes, a questão da adaptação da proposta de regulamento ao contrato assinado nos termos da proposta vencedora e por isso introduzimo-las neste regulamento de trânsito, e para não termos um proliferar de regulamentos, juntámos todos no mesmo documento”*. Afirmou não haver aumento de lugares de estacionamento e que no caderno de encargos que a Câmara Municipal apresentou em concurso havia uma zona a que cada concorrente podia concorrer com a área que entendesse desde que não extravasasse os limites iniciais que estavam clarificados. A **Rui Setúbal** respondeu que aquilo que o deputado refere não é possível porque não se pode exceder aquilo que foi objeto dos termos do concurso. Mencionou ainda que a insensibilidade democrática que **José Dourado** referiu não existe já que a bancada do PSD nunca limitou tempos que é aquilo que se faz em função da representatividade democrática

de cada uma das bancadas. Relativamente às questões colocadas por **Vanda Fernandes** quanto à segunda habitação, disse considerar ser uma matéria sensível que tentou introduzir no regulamento e que continua disponível para falar com as pessoas e encontrar as melhores soluções. A terminar a sua intervenção afirmou quinda que não há questões fechadas relativamente a esta matéria. -----

Vanda da Encarnação Matias Fernandes afirmou: *“O Presidente disse no seu esclarecimento que não houve duas empresas a concorrer ao mesmo concurso e isso não é verdade”*.-----

O **Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que aquilo que disse foi que houve duas empresas que se repetiram nos dois concursos. -----

Vanda Fernandes retomou para dizer que o primeiro concurso foi anulado e perguntar se foi a ESSE que ganhou os dois concursos. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** explicou que no primeiro concurso a EMPAC não apresentou os documentos nos termos da lei, essa proposta teve de ser rejeitada porque não cumpria os requisitos técnicos e a ESSE apresenta uma prestação à Câmara Municipal, no tempo de concessão, em mais três milhões de euros que a EMPAC. -----

José Manuel Modesto Dourado dirigiu-se ao **Presidente da Câmara Municipal** para dizer que as suas perguntas ainda não tinham obtido resposta. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** informou que qualquer questão relacionada com o pagamento indevido do estacionamento deve ser remetida à Câmara Municipal, com os talões comprovativos do pagamento. Comunicou ainda que a autarquia remeterá essas questões à ESSE para que as pessoas sejam ressarcidas dos valores pagos indevidamente. Acrescentou que a empresa não está, de momento, mandatada para cobrar. -----

Rui João Gutierrez Setúbal referiu que apenas uma das suas perguntas foi respondida e colocou a seguinte questão: *“Nos termos legais é ou não necessário estar dentro do Regulamento Geral de Trânsito definir as áreas de estacionamento tarifado? Porquê aprovar agora um Regulamento que ainda vai sofrer alterações, já que o Presidente admite fazer alterações ao documento quanto á questão da segunda habitação?”*-----

O **Presidente da Câmara Municipal** afirmou já ter respondido às questões colocadas. -----

Luis Manuel da Rosa Fernandes mencionou que a implementação dos parquímetros vai ser uma medida negativa para o concelho e que em Monte Gordo, no próximo Verão, veremos o que vai acontecer. Disse ainda: *“Se esta conclusão ainda não foi atingida por parte da autarquia relativo ao prejuízo com a zona tarifada, nós sabemos que vai ser prejudicial para VRSA e Monte Gordo. Não houve criação de emprego, há a dívida, os próximos anos vão ser*

complicados para o concelho e esta medida só vem prejudicar mais". Lembrou a Assembleia de Junho, interrompida por não haver espaço para o público na sala e perguntou o porquê de não se fazer um referendo para saber a opinião das pessoas sobre o estacionamento pago. Opinou que a democracia caminha cada vez mais para ser participativa, devem-se promover fóruns, debates e assembleias informais para que a população se possa pronunciar e que relativamente às contrapartidas apresentadas, a autarquia vai criar um problema por 529,00€ diários. -----

António Filipe Parra Martins referiu que na Assembleia Municipal de Junho provou-se que a democracia não é só representativa com a concentração de centenas de munícipes na Assembleia anterior, o que fez o executivo recuar. -----

Vanda da Encarnação Matias Fernandes voltou a perguntar por quem estavam a ser geridos os parques de estacionamento de Vila Real e Monte Gordo. De seguida disse que o Presidente da Câmara Municipal afirmou, quanto às pessoas que pagaram indevidamente estacionamento: *"As pessoas que não metam lá o dinheiro". -----*

O **Presidente da Assembleia Municipal** interrompeu para afirmar que o que o **Presidente da Câmara Municipal** disse foi que as pessoas que passaram por essa situação devem dirigir-se à autarquia para serem ressarcidas pela empresa ESSE. -----

Vanda da Encarnação Matias Fernandes retomou para perguntar se o contrato com a ESSE foi congelado ou está em funcionamento. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que ainda não está definida a data para o início da cobrança do estacionamento pago. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por **MAIORIA** com os votos contra do **PS**, da **CDU** e **BE**. -----

As bancadas do **PS** e do **BE** leram e entregaram declarações de voto. -----

A **CDU** apresentou a seguinte declaração de voto: -----

"Votamos contra o Regulamento de Circulação por tudo aquilo que já aqui foi dito, mas também, porque no final desta exposição foram feitas perguntas muito objetivas ao Senhor Presidente que serviriam para esclarecimento da população e não foram respondidas e que eram perguntas fundamentais, nomeadamente sobre a vigência do contrato e de quem é que está a fazer a gestão dos parques em funcionamento. Pensamos que é a empresa que ganhou o concurso. Não foi respondido a isso e por estas razões votamos contra. Não existem problemas de trânsito no concelho por forma a justificarem a introdução de estacionamento pago como ficou demonstrado durante as diversas intervenções e como

também tem vindo a ser oficiado pela CDU, sempre tem sido proposta ou sugerida tal medida. Assim, tendo em conta a vontade popular publicamente manifestada e a posição já manifestada pela CDU sobre esta questão, o nosso voto não poderia ser outro que contra, já que o executivo insiste em meter neste regulamento as cláusulas relativas ao estacionamento pago". -----

Passou-se ao período de intervenção do público. Inscreveram-se **Joaquim Faustino, Alfredo Graça, Domingos Batista, Ana Paula Rosa, Paulo Manuel e Edgar Munhoz** que entregou à Mesa da Assembleia uma petição do "Movimento contra os Parquímetros" com 44 folhas, documento que ficará apenso à Ata. -----

Joaquim Faustino apresentou ao **Presidente da Assembleia Municipal** exames médicos e disse ser uma pessoa com problemas de saúde que vive no sítio das Hortas, Monte Tamissa, ao lado da escola São Cristóvão. Reclamou dos bailes organizados pela Associação Cultural de VRSA que se realizam na referida escola e afirmou não conseguir descansar dado as várias atividades que ali se realizam e o barulho existente. -----

Alfredo Graça disse vir afirmar em Assembleia Municipal que VRSA não tem necessidade de espaço para carros, a Câmara Municipal é que tem falta do dinheiro. Acrescentou que o estacionamento pago é um crime para a cidade e que ele próprio, ao viver a 20m da zona tarifada, é um habitante de segunda. Disse ainda: *"Preferia viver na zona de estacionamento pago porque assim estacionava em qualquer lado. A maioria não é para os terroristas nem para fazer terrorismo e o PSD está a fazer terrorismo"*. Dirigiu-se ao Presidente da Assembleia para dizer: *"O senhor que vai ser candidato ao Parlamento, nem dirigir uma Assembleia sabe, quanto mais o ir para o Parlamento"*. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** solicitou ao interveniente que tivesse educação na medida em que por várias vezes o mesmo proferiu a palavra "Ordinário". -----

O **Presidente da Câmara Municipal** pediu que estes insultos ficassem registados em Ata e perante este comentário, o interveniente disse: *"É mais que ordinário! Sim! Mais que ordinário!"* -----

Domingos Batista informou que vem para esta cidade há mais de 40 anos onde possui residência na Zona Histórica. Aguarda a resposta a uma exposição que fez, há cerca de um mês à autarquia, sobre o estacionamento. Disse ainda lamentar o facto de ter sempre a casa cheia de pó devido às obras que foram feitas, que são de elogiar, mas que as ruas necessitam agora de ser limpas. Afirmou que o estacionamento noutros locais do país, como em Sintra, é muito mais barato que em Vila Real de Santo António. -----

Ana Paula Rosa disse que não existem condições adequadas à realização das Assembleias visto haver poucos lugares sentados. Afirmou ser contra os parquímetros pela concessão a 30 anos e perguntou: *“Se os parquímetros forem maus para as empresas, para o comércio e para as pessoas, existe alguma cláusula no contrato que permita que o mesmo seja rescindido? Se sim, em que condições e qual é a contrapartida para a empresa? Se a concessão é a 30 anos, que contrapartidas têm os vila-realenses?”* Afirmou considerar correto que os proprietários de segunda habitação na cidade, não paguem estacionamento, propôs que essas pessoas tenham um cartão de acesso ao estacionamento perto das suas casas, principalmente os proprietários com filhos mais pequenos e pessoas mais idosas, e que, não há falta de estacionamento em Vila Real de Santo António. -----

Paulo Manuel identificou-se como morador em Monte Gordo e disse querer lembrar aos políticos que se ocupam estes lugares é graças ao povo. Afirmou não concordar com o facto de o povo falar em segundo lugar. Informou ser contra o estacionamento pago por estar demonstrado que não é bom para ninguém e que é, neste momento, detentor de um abaixo-assinado com 987 assinaturas recolhidas desde 1 de Agosto último e que espera conseguir 4000 assinaturas para o levar ao Parlamento, caso esta medida não seja revogada.-

O **Presidente da Assembleia Municipal** respondeu a **Ana Paula Rosa** que a mesa da Assembleia não conseguiu, em tempo útil, para esta sessão, um espaço mais adequado. Considerou que as condições não foram hoje as mais adequadas mas que durante dois anos esta sala ficou sempre com 90% dos lugares vazios. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** afirmou respeitar a posição de todas as pessoas mas que há, efetivamente, vários pontos de vista. Frisou que não é por as pessoas pensarem de maneiras diferentes que lhes vamos chamar nomes, como foi o caso do que se passou nesta sessão. A **Ana Paula Rosa** disse que nas traseiras do Tribunal, onde a interveniente reside, existe estacionamento tarifado limitado apenas à zona do Tribunal e que não se estende até à Rua Cidade Playa. Informou que a alternativa é todo o estacionamento à volta da Casa do Avô e um parque que irá ser terraplanado para o efeito, onde cabem centenas de carros. A **Domingos Batista** agradeceu a intervenção e explicou que a autarquia está a celebrar um acordo com o proprietário do antigo Cine-Foz que vai permitir 1500 lugares de estacionamento gratuitos.

E de tudo, para constar, se lavrou esta Ata sob forma de minuta que vai ser submetida a votação e que refere o texto principal das deliberações, cuja leitura foi feita em voz alta. -----
A Minuta da Ata foi colocada a votação, sendo a mesma aprovada por **UNANIMIDADE**.-----

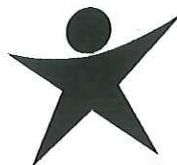
Não havendo mais nada a tratar, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu por encerrada a sessão, pelas 00 horas e 30 minutos. -----

O Presidente da Assembleia Municipal,

O Primeiro Secretário,

(José Carlos Costa Barros)

(Maria do Rosário Papafina Proença)



Bloco de Esquerda

iluminar?

Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António

DECLARAÇÃO DE VOTO

Assunto: Designação de cinco membros para a assembleia da associação de municípios de fins específicos.

O regime de delegação de competências nos municípios e entidades intermunicipais é apresentado pelo Governo PSD/CDS como um processo de descentralização. Na verdade, é um embuste, pois um verdadeiro processo de descentralização de competências exigiria um efetivo aumento da capacidade de resposta às necessidades das populações, assegurando serviços públicos de qualidade e dotando os municípios de recursos humanos e financeiros capazes de desenvolver essas competências.

Sejamos sérios: não há descentralização sem regionalização, e esta, sendo um imperativo constitucional, continua a ser adiada e incumprida.

O que agora se encena com este passo seguinte, com este "projeto-piloto" a que lamentavelmente o nosso concelho se presta, é a desresponsabilização do Estado no que concerne à garantia de direitos sociais fundamentais como a educação, a saúde, a segurança social e a cultura. Não se trata, portanto, de descentralizar as funções sociais do Estado, mas sim de desresponsabilizar o mesmo, desmantelando-o de políticas públicas fundamentais e ligadas à universalidade dos direitos sociais.

Faltam às autarquias meios humanos, técnicos e financeiros para arcar com as novas competências propostas, o que fará com que as mesmas tendam a aliená-las a terceiros, como por exemplo IPSS ou empresas privadas.

Portanto, a proposta que nos é trazida a esta Assembleia Municipal corresponde a mais uma peça da estratégia global da direita que consiste na progressiva privatização das funções sociais do Estado. Vivemos um tempo tenebroso em que o Estado está a ser reconfigurado, o que implicará a deterioração e a extinção dos serviços públicos, a retirada de competências aos municípios, assim como a extinção de alguns deles, o despedimento e a permanente precariedade dos trabalhadores da administração local, e a desresponsabilização do Estado das suas funções sociais, como o Serviço Nacional de Saúde e a Escola Pública. Além disso, semelhante passo equivalerá a um maior distanciamento das populações dos centros de decisão e a uma menor transparência democrática da gestão pública.

O Bloco de Esquerda é contra a existência desta nova entidade supramunicipal.

Vila Real de Santo António, 11 de Agosto de 2015

(José Dourado)



Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António

DECLARAÇÃO DE VOTO

Assunto: Apreciação e votação do concurso público para aquisição de prestação de serviços de cirurgias de oftalmologia – pedido de autorização para assunção de compromissos plurianuais.

Esta proposta do executivo camarário, como outras, constitui mais um passo concreto no objetivo maior da direita e do Governo PSD/CDS, que consiste na progressiva degradação e destruição do Serviço Nacional de Saúde. A propalada municipalização de serviços públicos, como a área da saúde, mais não é do que o escancarar as portas do negócio às famintas empresas privadas, que olham para a saúde, como para outros serviços públicos, como um bolo enormemente apetecível.

O que este executivo deveria fazer, em nome da defesa dos direitos das populações e da satisfação das suas necessidades, é exigir do governo o fim dos cortes financeiros na Saúde e o reforço dos meios do SNS, defendendo a aplicação de uma política nacional ao serviço dos trabalhadores e da população. No entanto, o executivo prefere canalizar recursos da autarquia -tremendamente endividada - para financiar um grupo privado. Dito de outro modo, o executivo pretende atrair clientes para empresas privadas que olham para a Saúde como um negócio.

O chamado programa “Cuidar”, apresentado publicamente pelas Câmaras de VRSA e de Olhão como uma medida bondosa de apoio social, consagra mais um passo na ofensiva global contra o Serviço Nacional de Saúde, que não consegue responder às necessidades da população devido aos sucessivos cortes impostos pelos governos do PSD e do PS. O objetivo não é outro senão a progressiva privatização da Saúde.

O Bloco de Esquerda vota contra.

Vila Real de Santo António, 11 de Agosto de 2015

(José Dourado)

W

Declaração do voto

Aguiar
Alexandre
W
W

A bancada do PSD vem por este meio manifestar
o seu profundo repúdio pela forma
como a CGU^{do BE}, esgarçando o que
seu defende, vote contra todas
as possibilidades que o Município
de JAGU, possam encontrar
para melhorar de tudo a saúde
dos municiípios.

A população de JAGU sofre em duplo
tempo do comprometimento que estas
forças políticas, das av. mais disfa-
ceadas, que tanto dizem defender.
O PSD sempre esteve ao lado dos
mais necessitados;
JAGU, 11/10/2015

W

Declaração de Voto ~~de~~ ~~um~~?

O Partido Socialista, na sequência
das suas propostas públicas sobre
o estacionamento tarifado vertical,
culpo parquímetros, cota contra a
proposta de regulamento, mas por
causa da necessidade de circulação
ou regulamentação dos sujeitos
de trânsito, mas pela mesma
inclui todo o capítulo sobre os
apêndices parquímetros, incluindo
que afirmamos no contrato

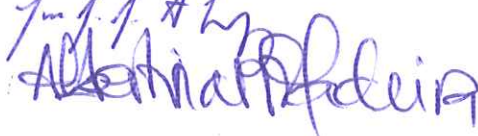
11/08/15





Luís Manuel da Rosa Fernandes

1m 1.1.14



Ponto 6



Bloco de Esquerda

univ.
B

Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António

DECLARAÇÃO DE VOTO

Assunto: Apreciação e votação da proposta de regulamento geral de trânsito no concelho de Vila Real de Santo António.

O Bloco de Esquerda vota contra este regulamento geral de trânsito, na medida em que o mesmo contempla o estacionamento pago no concelho de Vila Real de Santo António.

A via pública é de todos. Como tal, não deve ser entregue a privados, para que estes façam negócio com algo que a todos pertence! Esta é uma posição ideológica e que marca um conjunto de princípios políticos, que são radicalmente distintos daqueles que este executivo camarário professa.

A dívida acumulada pela autarquia é de tal envergadura que todas as taxas e mais algumas são exigidas aos munícipes e às pessoas que aqui trabalham ou que nos visitam. Porque o estacionamento tarifado vai diretamente aos bolsos dos cidadãos.

O Bloco de Esquerda regista também a nula sensibilidade democrática deste executivo de maioria PSD, pois insiste na implementação desta medida antipopular depois das massivas manifestações populares ocorridas recentemente. A maioria da população de Vila Real de Santo António, e em particular os comerciantes, mas também muitos cidadãos com segunda habitação no nosso concelho, além de visitantes, estão contra o estacionamento pago. No entanto, a maioria PSD prefere não os escutar!

Em nome do interesse coletivo da população das nossas freguesias, em defesa do espaço público do nosso concelho, e também em nome da democracia, o Bloco de Esquerda é contra a aprovação deste Regulamento.

Vila Real de Santo António, 11 de Agosto de 2015

(José Dourado)

Designação de membros para a Assembleia Geral da Associação de
Município de Baixo Guadiana de Fins Específicos

PROPOSTA

Nos termos do regulamento da recém criada associação vem a bancado do PSD propor a seguinte lista de membros a designar:

Luis Filipe Soromenho Gomes

José Carlos da Costa Barros

João Manuel Lopes Rodrigues

David Miguel Vasques da Silva

António Manuel Cipriano Cabrita

V. R. Sto António, 11 de Agosto de 2015

A Bancado do PSD

A collection of handwritten signatures and names in blue and black ink. The names are: Alexandre Dias, Alexandre, Filipe, Luís, António, José, João, David, and António. There are also several illegible signatures in black ink.

